

LIVRE ACESSO AO PASSADO: POR UMA PRÉ-HISTÓRIA PLURALISTA

por

Vítor Oliveira Jorge*

Resumo: O passado, incluindo o passado pré-histórico peninsular, é uma construção de cada presente, e de cada pré-historiador ou equipa de pré-historiadores. Mas não só: ele deve ser um conhecimento partilhado, disseminado. Apenas as sociedades autoritárias impõem uma versão única, oficial, do passado. A Arqueologia é uma prática discursiva, retórica, que consiste em transportar para textos (desde logo abertos às infinitas leituras que permitirão) uma realidade material observada na natureza, observação essa sempre necessariamente feita segundo um determinado ponto de vista. Tais textos cobrem em geral um "continuum", que vai desde os condicionalismos ecológicos e as regularidades transculturais, à especificidade de cada cultura e de cada comunidade, na sua historicidade irrepetível. Como textos que são, têm uma autoria e visam produzir um sentido que, ou é discutível, ou então não tem interesse. A roupagem da "ciência" não lhes dá a qualidade de se imporem de per si. A Pré-história ou é plural nos métodos e nos discursos, ou então é um entretenimento enfadonho de eruditos, à margem da cultura e das problemáticas contemporâneas.

Palavras-chave: Arqueologia e cultura. Pré-história. Pluralismo.

Este texto irá abordar de forma sucinta e ensaística uma problemática muito complexa (que teve de ser exposta ao Congresso em cerca de 10 minutos), a desenvolver detalhadamente em futuros trabalhos. Seja-me pois relevado, aqui, algum simplismo, alguma ligeireza, resultante de condicionantes de tempo, também posteriores ao mesmo Congresso: frequentemente, o principal promotor de uma realização fica de tal modo submerso em actividades organizativas que lhe não sobra tempo para elaborar suficientemente o seu pensamento sob forma textual, linear. Começo e acabo com a sensação de que as intuições mais interessantes ficam por explorar, fora das margens apertadas do discurso agora possível.

No momento em que remato estas linhas, abre-se para a Arqueologia portuguesa um novo horizonte de esperança em que estou directamente envolvido, mas

* Professor da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Instituto de Arqueologia.

em que é fundamental que esteja implicada também toda a nossa comunidade científica e técnica. O êxito evidente do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular, em 1993, a importância nacional e internacional assumida pela problemática da salvaguarda do património do rio Côa, em 1994 e 1995, e, finalmente, a independência de um serviço nacional de Arqueologia no âmbito do Ministério da Cultura que será, segundo se espera, concretizada em 1996, são indícios, entre outros, de que a nossa actividade profissional ganhou finalmente, em Portugal, um estatuto de maioria e de maturidade que a habilita à condição de parceira na construção do nosso futuro.

SOBRE O QUE TEM SIDO A PRÁTICA ARQUEOLÓGICA EM PORTUGAL - ALGUMAS OBSERVAÇÕES

Quando se pretende pensar a prática arqueológica, a tendência é, quase sempre, para se elaborar um modelo que começa no terreno, na prospecção e escavação, continua no gabinete, com o processamento dos registos e das recolhas efectuadas, prossegue nas conclusões e atinge o seu auge no momento da síntese, em que se integra o(s) sítio(s) estudado(s) numa visão mais vasta, ainda descritiva ou já mais problematizadora (“fechada” nas respostas que se julgou encontrar, ou tendendo a dar ênfase às perguntas que a “abrem” a novos estudos).

Na verdade, este modelo é profundamente simplista e redutor, porque lineariza uma realidade muito mais complexa e imbricada, e usa, implicitamente, uma hierarquização do nosso trabalho que tende a reificar duas das suas “facetras”, separando-as como etapas diferentes do processo: a “manual” (de terreno, de manipulação dos “achados” no gabinete) e a mais “intelectual” (a interpretação, a teoria, a síntese, aquilo que permite distinguir os autênticos “autores” dos que se confinam apenas à análise e descrição). Nesta concepção ideológica repousaria, afinal, a básica diferença entre o mero “técnico de Arqueologia” — o que tanto escava (bem, note-se, isto é, segundo uma metodologia entendida como correcta, rotineiramente assente como a melhor) uma estação romana, como um sítio pré-histórico, um concheiro mesolítico ou ou castelo medieval — do “verdadeiro arqueólogo” ou “arqueólogo” *tout court*, o que viria depois “interpretar” os dados obtidos, inseri-los numa perspectiva que implica outra especialização e mesmo outro enquadramento cultural.

Este “depois” é, por vezes, literal, ou seja, o responsável pelas escavações ausenta-se com frequência do local em estudo, entrega a respectiva direcção a um “prático experimentado” da sua confiança, e vem ao fim do dia, ou da semana, fazer o balanço dos resultados (é melhor não querermos agora indagar da natureza de tal “balanço”). O resultado desta divisão de tarefas, deste fosso assumido na

prática entre o trabalhador manual e o investigador, tem sido, em muitos casos, catastrófico. Precisamente porque entregues a tais “técnicos” — pressionados pelos organismos estatais ou pelas empresas para escavarem com certa desenvoltura (para não dizer pressa), por que há que apresentar resultados palpáveis para expor, ou dar lugar às máquinas para abrirem a estrada ou construirem a fábrica — os “resultados” dos seus trabalhos empilham-se em volumosos arquivos, constituindo uma pretensa “matéria-prima” que ninguém estuda. Porque não há alguém competente ou disponível para o fazer, ou porque ninguém se arrisca a pegar em dados em segunda mão, tentando pôr ordem num conjunto de objectos e de registos em cuja produção não participou. Entretanto o “técnico”, concluída a tarefa para que foi pago, e necessitando de viver, ou simplesmente porque apareceram novas “emergências” a que é preciso fazer face, aceitou já um novo trabalho noutra sítio, para cuja escavação o seu afã agora se vira, esquecendo-se totalmente da problemática das intervenções anteriores. Assim se tem constituído, nos depósitos dos organismos encarregados de “preservar o património”, um dos maiores problemas de armazenagem do nosso tempo: o dos fragmentos de um “passado” à espera de ser “reconstituído”. “Salvar” uma estação, proteger o património arqueológico, consiste sobretudo nisto — armazenar e etiquetar “restos”, com a secreta esperança (?) de alguém um dia vir tentar pôr ordem no que é, de facto, o resquício de uma gigantesca operação de alteração da paisagem actual e do que nela ainda míticamente “respiraria” de paisagens anteriores tal como nós as imaginamos — os signos de uma memória. A nossa má consciência de “destruidores” encontraria o seu paliativo numa arqueologia amadorística, ou tecnocrática, mas de qualquer modo asséptica e não problematizadora.

As dicotomias entre a investigação universitária, visando resolver “transcendentes” problemas históricos, e as intervenções mais “práticas”, tendo como alvo os salvamentos, as situações de emergência ditadas pela premência de grandes obras públicas ou por objectivos de aproveitamento turístico, ou, em geral, por propósitos mais imediatistas, de interesse “público” (definido pelos decisores como sendo o do público) não devem ser aceites. Tais dicotomias não são inocentes, pretendem implementar e consolidar uma divisão de trabalho profundamente condicionante da verdadeira intervenção inovadora sobre o território. Visariam em última análise eternizar uma situação que consiste em separar um conjunto de investigadores impotentes, porque desprovidos de meios materiais e financeiros, nas suas instituições de ensino e pesquisa, de técnicos “operacionais”, considerados à partida pouco vocacionados para problematizar, mas podendo recorrer — em casos pontuais, note-se — a algumas condições de trabalho aparentemente mais eficazes, que correm o risco de desembocar nos tais “arquivos” inúteis, ou em folhetos bem ilustrados mas superficiais, isto é, noutra forma de impotência. E assim, confinados à especulação uns, e à actividade sem projecto outros (por

vezes confrontando-se mutuamente devido ao mal-estar da penúria de meios que a todos acaba por tocar), assegurar-se-ia a prossecução de uma actividade subsidiária que vive acima de tudo do amadorismo voluntarista. Para o poder instalado nos anos transactos (quer ele seja central ou local, porque este último apenas se tem limitado, em muitos casos, a reproduzir aquele à micro-escala) pouco importam os detalhes do rigor técnico da pesquisa, ou que “passado” estamos de facto a construir: o que interessa, efectivamente, é um conjunto de sítios de prestígio ou de objectos de valor artístico para mostrar no momento oportuno. A “identidade nacional” está já há muito escrita por quem sabe, a “identidade local” facilmente se polariza em torno de um pelourinho, uma igreja ou alguns objectos prestigiantes que atestem as suas “remotas raízes”. Tudo o resto são detalhes fastidiosos, coisas com que os políticos a que longamente nos habituámos nunca perderiam tempo nas inaugurações, no melhor dos casos publicações volumosíssimas que, na prática, ninguém lê.

Muitos arqueólogos, consciente ou inconscientemente, têm pactuado com este estado de coisas, aceitando a “divisão de trabalho” estabelecida, não pondo em causa criticamente as razões últimas pelas quais a sua actividade nem sequer é paga, como é a de um topógrafo ou qualquer técnico habilitado com um curso “médio”, por exemplo. Trabalham por “prazer”, por vontade de afirmação, por necessidade de obterem “dados” para reforçarem os seus *curricula* e consolidarem as suas carreiras pessoais. E assim, devidamente autorizados para o efeito, intervêm em sítios de interesse público que quase sentem como seus, segundo um processo de identificação afectiva que, muitas vezes, dificulta ou impede o trabalho de equipa, protela a divulgação de resultados obtidos, atingindo, em certos casos, as raias do patológico. Correm o risco de serem vistos do exterior como um conjunto de pessoas exóticas que é interessante manter assim, porque estão entretidos, não pedem muito, dão espectáculo, decoram as páginas dos jornais de férias com as suas “descobertas” (sempre “únicas”, sempre “as mais antigas”, etc.). Tal como estão, mesmo fazendo abaixo-assinados, são úteis, apesar de na sua maior parte não serem levados muito a sério. E o país também tem de fazer alguma coisa em Arqueologia, apresentar alguns “sábios” que disqueteiem com erudição sobre o seu “passado”; a galeria dos notáveis não pode ser só ocupada pelos escritores e outros intelectuais de serviço. O folclore dos prémios, das homenagens, da mediatização e da oficialização de certas personagens também irá chegando, embora mais lentamente, a esta área tradicionalmente marginal e marginalizada que é a Arqueologia portuguesa. Não descobrindo vilas romanas nem tesouros facilmente “colunáveis”, apenas tendo para “vender” o duvidoso prestígio da antiguidade do seu objecto e o seu “mistério” de pesquisadora de “origens” (aí, a indústria florescente dos dinossáurios, por ex., leva-lhe largamente a palma), a Arqueologia pré-histórica tem sido um domínio verdadeiramente minoritário, de

importância ridícula, nas preocupações do público e nos interesses de quem decide a alocação de meios, mesmo nas esferas ditas da “cultura”. Se para a maior parte das pessoas o arqueólogo é um aventureiro de tipo Indiana Jones, o pré-historiador é tradicionalmente um excêntrico que se entretém com “pedras e cacos”. Não é assim de admirar que o caso de Foz Côa tenha provocado um tão grande impacto na opinião pública e uma tão larga controvérsia, que não terminará tão cedo — eis que um conjunto, embora numeroso, de gravuras pré-históricas (para muitos verdadeiramente desprezível) pára, num ano, uma barragem, símbolo do “progresso.” Something is hapenning here!

A PRÉ-HISTÓRIA NA CONTEMPORANEIDADE

Se por Pré-história entendermos aquela parte da História da humanidade anterior à utilização da escrita, então teremos de concluir que tal “Pré-história” corresponde, paradoxalmente, à quase totalidade do tempo histórico (3 a 4 milhões de anos). A escrita, como o Estado, a que intimamente se associa, é um fenómeno recentíssimo, surgido pela primeira vez, em pequenos nichos do planeta, há pouco mais de apenas uns 5 milhares de anos. A maioria das populações da Terra viveram na “Pré-história” até há uns séculos; bastantes delas até à nossa época. Quase 100% da história é, em termos quantitativos, “Pré-história”.

De facto, mesmo hoje, em que o sistema tentacular do Estado permanece em expansão (por exemplo sob a forma do controlo, por via informática, de todos os passos do cidadão, tendencialmente mesmo os da sua vida privada, e, noutro plano, pela extensão do sistema mercantil à totalidade do real, a ponto de até os sentimentos serem praticamente “medidos” em termos de *deficit* ou de *superavit*), muita gente continua a passar ao lado da “cultura letrada”, mesmo que ela se reduza à escolaridade básica.

Aquilo a que orgulhosamente chamamos “civilização” (muitas vezes simplisticamente reduzindo-a aos valores da nossa) — aparelho de Estado, divisão em classes, vida em cidades, obrigatoriedade de impostos, uso legal da força, sistema universal de ensino, “ciência e tecnologia”, etc., etc. — são, qualquer que seja a sua importância qualitativa, fenómenos recentes, minoritários, no todo da história do nosso género (*Homo*), da nossa espécie (*sapiens*) ou, mesmo, da nossa sub-espécie (*sapiens*), esta última com pelo menos 100.000 anos de existência.

Muitos “historiadores”, e outros “cientistas sociais”, parecem esquecer-se disto (ou querem esquecer isto), centrados que estão na análise da nossa cultura ocidental e, quantas vezes, no estudo — e até na “comemoração” — da sua expansão através do mundo, como se o “Outro” só tivesse passado a existir e a ter uma história após a sua “descoberta” pelos nossos olhos, e o conseqüente

começo imediato do processo de “contacto”, isto é, de assimilação — pacífica ou pela força — aos nossos valores.

Só para evocar, de passagem, alguns episódios bem conhecidos e menos edificantes de tal “assimilação”, basta recordar os cães treinados para a caça ao “índio” da América Central (discutindo-se, ao mesmo tempo, se este teria ou não “alma”), a hipocrisia de sucessivos tratados estabelecidos com os “índios” norte-americanos, seguidos da sua rápida violação, o abate como animais dos aborígenes australianos, ou as “vantagens” que a descoberta da metralhadora teve na efectiva “pacificação” e ocupação de vastas parcelas coloniais de África, estas já no nosso século. Não há dúvida de que a nossa “civilização”, mesmo antes dos genocídios de Auschwitz e de Hiroshima, assentou basicamente na negação, violenta ou habilidosa, das restantes. Mas não alinhemos num discurso auto-culpabilizante, eventualmente demagógico ou tendente a idealizar o “Outro”, e afinal tão redutor como a atitude triunfalista de nos considerarmos superiores.

Aceitemos apenas o facto de que estudar a Pré-história, dos outros ou de nós próprios, é, em princípio, abrirmos a possibilidade de desdobrar a História numa multiplicidade de experiências e de “conquistas” que de maneira alguma legitimam o carácter hegemónico que a atenção sobre a história ocidental recente por vezes tem, no sistema de ensino e nas “lições” que dela se querem tirar. Mas essa “abertura” tem também as suas ambiguidades e pode escorar um nível mais sofisticado de “fechamento”.

Todos sabemos quanto a recuperação do “exótico”, quando não do “primitivo”, “selvagem”, “típico”, rural, etc., por certa linguagem ecologista “fundamentalista” ou pelo turismo de massas, constitui hoje um produto de venda fácil, com a sua indústria especializada, ao mesmo título que a dos artigos comerciais reciclados, como a cada momento as mensagens publicitárias nos recordam. A Pré-história pode ser um campo de sonho e um consumível como qualquer tribo da Amazônia ou qualquer região “selvagem” do Alasca, do Sara ou da Austrália. É tudo uma questão de preço, da capacidade material de cada um para “viajar” (no tempo do estudo e consequentemente da imaginação, ou no espaço turístico) do familiar até ao “remoto”, uma vez que tempo e espaço, linearizados e mercantilizados, estão aí ao maior ou menor alcance das diferentes bolsas.

Nesse contexto, a ideia de uma História Universal, desde as “origens”, e portanto abarcando toda a “Pré-história”, encontrar-se-ia legitimada, entre outros aspectos, pela possibilidade de acesso a métodos de datação absoluta que supostamente permitiriam comparar os diferentes processos “civilizacionais” em curso no planeta, em cada um dos momentos da sua História. A totalidade do tempo e do espaço seriam assim facilmente monitorizáveis por um sistema que, como a partir de um satélite, os controlaria na sua integralidade. Sistema homogeneizante, totalizante, permanentemente ávido de incorporar o desconhecido, e portanto o

“Outro”, como uma parte de si mesmo. Sistema que, tendencialmente, seria como o “olhar de Deus” — reinando sobre a história, sobre um tempo-espaço contínuos, em que cada parcela desse tempo, ou desse espaço, teriam o seu lugar próprio num todo finalmente harmónico. O mundo seria um enorme “lego” em que todas as peças, todas as diferenças, encaixariam perfeitamente, legitimadas pela tolerância, explicadas por uma “ciência” triunfante, guarda-avançada de um mercantilismo generalizado. A Pré-história “pluralista” seria apenas um elemento, um fiel servidor, desse desiderato. Desiderato que poderia ser servido por uma diversidade de perspectivas, por igual potencialmente interessantes, quer se apresentassem em “estado puro”, quer nas suas infindas combinatórias, fossem elas de inspiração marxista, processualista, contextualista, ou outra. Harmonizar, consensualizar, relativizar cada explicação para as observar a todas de cima, como num mapa — tal um militar que programa uma batalha e precisa de ver a totalidade do “campo” numa maquete, ou um técnico que observa o panorama e os indicadores macro-económicos para poder tomar decisões favoráveis a médio ou a longo prazo. O que é importante, hoje, é ver antes de, ver mais do que, “colonizar o futuro” com o máximo de dados ao dispor, isto é, com uma visão tão abrangente do “passado” de cada caso (o chamado “conhecimento dos dossiers”) quanto possível. Essa voracidade do mundo contemporâneo, a que certamente a Pré-história não escapa — obviamente, tanto como “disciplina histórica”, quanto como fracção do tempo histórico “reconstituído” e incorporado na História Universal, produto de tal “disciplina”.

Esgotadas as visões dogmáticas, inspiradas no evolucionismo e/ou no determinismo ambiental, tingidas de positivismo de vários matizes, herdadas do séc. XIX, viriam agora à tona perspectivas menos ingénuas, mais relativizadas, que apenas camuflariam uma renovada vontade de hegemonizar o “passado”. Como ultrapassar esse estado de coisas, aceitando que todo o conhecimento se insere num “jogo de racionalidades” específico, onde a “busca da verdade” é apenas uma metáfora de uma certa luta pelo poder (poder de ver mais e de portanto decidir antes e com maior segurança), mas evitando a facilidade do relativismo vulgar, que faria equivaler entre si todas as “versões do passado”?

Para mim, a Pré-história, como qualquer outro saber, como qualquer outra “ciência”, não se reduz a um conhecimento cumulativo, nem progride linearmente, mas é sim, desde logo, um domínio convencionalmente demarcado, definido pela tradição, e, como qualquer outro, assente num conjunto de práticas e de conceitos partilhados por uma comunidade e por ela legitimados (chamemos-lhes “crenças”, ou “axiomas”, se o desejarmos). Essa comunidade não actua em vaso fechado: pertence a um determinado contexto político e social, que é quem a fomenta e subsidia. Esse contexto tem uma série de valores concorrentes, e toda a complexa movimentação dos agentes “produtores” do saber tem a ver com uma

infindável imbricação de estratégias e táticas individuais e colectivas, em permanente reequacionamento.

Um dos objectivos da Arqueologia, e em particular da Pré-história, tem a ver com a apropriação de uma paisagem, entendida como algo de exterior a nós, apreensível pelo olhar, e no qual se perfilam certos volumes, certos sinais, certos “artefactos”, que compete à dita Pré-história explicar, por forma a tornar esse espaço significativo, ordenado, pedagógico, integrado num sistema compreensível e partilhável.

Trata-se pois de incorporar, de “domesticar” se quisermos, um certo número de elementos à partida dissonantes da paisagem “rural” ou “industrial” contemporânea num discurso que lhes dê sentido. Esse discurso tem um produtor específico, um técnico a quem é atribuída competência para o emitir, e visa “salvaguardar” aquilo que é entendido como um bem herdado, um património — um ponto de apoio da memória remota e da imaginação sobre ela.

No caos de uma paisagem desordenada insere-se assim uma intenção de planeamento, de gestão, que transforme o território num todo harmónico. Uma escavação, por exemplo, tem muitas analogias com o trabalho do escultor. O arqueólogo, na verdade, “esculpe” um sítio (alguns falam de “arqueosítio”), eliminando, à medida que os observa, os sedimentos e todos os elementos que “estão a mais”, para não deixar senão as estruturas que considera significativas de uma ou mais épocas de ocupação do local, com tudo o que isso tem de escolhas pessoais, a cada passo. Não tem sequer sentido perguntarmo-nos se o resultado final é uma realidade material que corresponda a qualquer momento específico da “vida” do sítio, em épocas anteriores a nós. O passado deste é uma realidade virtual que só existe hoje, perante nós, após a intervenção feita. Ou seja, generalizando, o “passado” de cada local ou paisagem é uma entidade relacional, que só existe na articulação entre o que eu vejo e o que eu julgo que pode ter acontecido ali. Nessa relação interpretativa a componente subjectiva é fundamental — como em qualquer raciocínio minimamente complexo — e portanto eu tenho a certeza de que um outro observador, com uma experiência diferente, “leria” a “realidade” acima referida de outra maneira. E se isto acontece ao nível de um sítio ou de uma paisagem, com maior força de razão ocorre na “interpretação” de fases inteiras da Pré-história. É nesse sentido que a Pré-história, como qualquer outro conhecimento arqueológico, histórico — e, atrever-me-ia a dizer, como qualquer outro saber interpretativo — é necessariamente plural. Esse “pluralismo” não é um defeito, nem mesmo uma virtude; é a sua própria razão de existir, a própria base da sua vitalidade e utilidade. Querer “presentificar” um passado na sua totalidade como um “quadro” cuja visão se impusesse à totalidade dos observadores, seria tão absurdo como olhar para o firmamento, à noite, e pensar que ele representa o “universo” que nos rodeia. Trata-se apenas de uma imagem que chega à nossa

retina (ou à dos nossos instrumentos ópticos), de um palimpsesto de fenómenos cuja própria distância em relação a nós, no espaço-tempo, infinitamente variada, torna absurda aquela questão. Não tem sentido questionarmo-nos se esses “fenómenos”, se essa realidade, existem independentemente do nosso olhar. Ver e interpretar são movimentos coetâneos, embutidos na linguagem com que os descrevemos, nada sendo anterior a essa coetaneidade, nada estando fora de um qualquer sistema explicativo e argumentativo que parte sempre de pressupostos mais ou menos validados por uma comunidade de agentes do conhecimento.

Os elementos que o pré-historiador observa no terreno são, como em qualquer outra ciência “empírica”, potencialmente infinitos. E nessa infinitude ele está permanentemente a fazer escolhas, a operar reduções, para poder descrever os seus “fenómenos”. O facto da realidade arqueológica ser estática (à escala de tempo do observador, claro), e feita de materialidades, só aparentemente facilita as coisas. Por exemplo: acerquemo-nos de um corte estratigráfico ou de uma superfície rochosa gravada: jamais indivíduos diferentes, por muito semelhante que seja a sua formação e metodologia, verão aí “exactamente a mesma coisa”. Aliás, esta expressão é desprovida de sentido, porque, como disse, ver é um acto relacional que ocorre num contexto preciso, irreproduzível. E a mesma pessoa, se tiver a oportunidade de repetir a observação em momentos diferentes da sua vida profissional, registará com certeza realidades diversificadas entre si. Por isso, todo e qualquer registo, seja ele icónico (fotográfico, por desenho à vista, decalque, molde, etc.) ou discursivo (texto descritivo, por mais sujeito a um “código” que se encontre) é sempre impressionista. Toda a observação é autoral, autobiográfica, mesmo quando (e talvez sobretudo quando) pretende “calar”, sob o espartilho da “ciência”, a voz que a produz. Não nos deixemos, pois, intimidar pela pretensa autoridade dos termos, que resulta apenas de uma encenação de poder. Numa ciência “empírica”, cada experiência é sempre única, relacional, e ainda bem, porque de outra maneira seria um acto mecânico e estúpido, como se observa em trabalhos de má qualidade, quase sempre inutilizáveis.

A Pré-história, a todos os níveis, desemboca em textos, que são uma prática discursiva armada de um conjunto de recursos retóricos e argumentativos. Pretende-se, as mais das vezes, fazer um acto de prestidigitação, ao retirar da cartola um coelho que, de antemão, já se sabe que lá está. Todo o discurso é conduzido como se o observador, o “escritor”, não existisse, para melhor impor no fim, como “objectiva”, uma conclusão que já estava pressuposta desde o início do texto (senão desde o início da pesquisa). Aos leitores cabe a função de entrar no jogo, tal como os espectadores de um espectáculo de magia: fingirem que o coelho entrou na cartola por artes do apresentador, e no fim presenteá-lo com palmas. Por isso a maior parte dos congressos de Arqueologia — como, certamente, de outros saberes, não tenhamos ilusões — são um entendiante e arrastado espectáculo de

“déjà vus”, onde as “descobertas” espectaculares alternam com ideias feitas, sem nunca haver tempo nem rasgo para verdadeiros debates, com fulgor e emoção, sustentados pelo rigor argumentativo, mas também pela audácia dos pontos de vista e das conexões inesperadas. Raramente acontece, entre nós, a sedução intelectual de um raciocínio claro e fresco, daquela juventude que alguns conseguem na maturidade da reflexão.

REMATANDO

Os artefactos, os sítios, as “paisagens arqueológicas” são pontos de apoio do exercício da imaginação sobre “o que já fomos”. Esse exercício não é inócuo nem rotineiro; pode ser perturbador e verdadeiramente inquietante. Servindo-se de todos os meios técnicos ao nosso dispor, numa sociedade “racionalizada”, a Pré-história visa lembrar os “outros” que já radicalmente fomos. Para a maior parte dos cidadãos, esses outros serão uma compensação para o seu rotineiro quotidiano, um entretenimento consumível. Tal facto é inevitável, se queremos impor a nossa profissão e articulá-la num sistema totalizante. Para outros, porém, esses imaginados “outros” poderão tornar-se verdadeiros elementos de permanente subversão do auto-convencimento em que pretendem fazer-nos viver. Como se este mundo tivesse sido sempre assim. Como se este sistema fosse inexorável. E, nessa subversão momentânea, Pré-história e Poesia unem-se, numa experiência exaltantemente irónica.

Porto, 1995